



COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E SOCIEDADE (CIEFS)

AS POLÍTICAS DE IN/EXCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: OS CONTORNOS IDENTITÁRIOS PRODUZIDOS PELA CENTRALIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Dra. Patrícia Graff
Universidade da Fronteira Sul (UFFS)
patricia.graff@uffs.edu.br

RESUMO

Os processos de in/exclusão marcam os percursos educativos de uma importante parcela da população, na contemporaneidade brasileira. Tais processos posicionam os sujeitos, a partir de seus pertencimentos identitários, materializados pelas marcas que atravessam seus corpos e suas existências, para definir as práticas que comporão os seus itinerários formativos. Interessa, para o exercício aqui proposto, olhar para as políticas de formação de professores, para compreender como a docência é orientada a partir de um conjunto de descrições e classificações que dão contornos identitários para a deficiência e guiam o campo da educação inclusiva. Nesse cenário, a nomeação de grupos específicos, que constituem o público das políticas de inclusão no Brasil; a descrição de características clínicas que, nos documentos, conduzem as existências, e; a definição de saberes que orientam, há décadas, a área da Educação Especial, conformam um campo de possibilidades para os processos de escolarização desses sujeitos. O acesso aos saberes que circulam pela escola é, assim, delimitado por um aparato de recursos e estratégias organizado e disponibilizado pela Educação Especial e por práticas específicas que são, com frequência, exclusivamente endereçadas a esses grupos. As possibilidades de participação nas práticas comuns da escola são condicionadas ao mapeamento das condições corporais dos estudantes e à disponibilidade de um conjunto de recursos de acessibilidade, mantendo a centralidade dos processos de escolarização sob a condução dos profissionais da Educação Especial e abrindo poucas brechas para a constituição de uma educação comum.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação de professores. Identidade.